

---

## PERGUNTAS FREQUENTES

---

---

## DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO DFT

---

## **DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO - DFT**

**Portaria SEDGG/ME Nº 7.888/2022 -Estabelece orientações aos órgãos e entidades da administração pública federal quanto aos procedimentos a serem observados para o dimensionamento da força de trabalho.**

### **1) Qual o público-alvo do dimensionamento da força de trabalho?**

Órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

### **2) Para realizar o dimensionamento é preciso ter mapeamento de processos?**

Não há necessidade. O Sistema de Desenvolvimento de Pessoas (Sisdip) conta com banco de entregas, com mais de cinco mil atividades, nas mais diversas áreas da administração pública federal, o que potencializa a coleta qualitativa de dados no processo do DFT, possibilitando maior celeridade no levantamento das entregas da unidade. Esse banco de dados é robusto e generalizável, extraído diretamente do Sisdip, atualizado em tempo real e ampliado sistematicamente. Ele é separado por categorias de serviços para facilitar a busca por entregas específicas, de acordo com a temática da unidade.

### **3) O meu órgão/entidade pode optar por contratar outra metodologia de DFT que não seja a referencial regulamentada pela Portaria SEDGG/ME Nº 7.888/2022?**

De acordo com o Art. 14 da Portaria 7.888/2022 fica vedada a realização de despesas com a contratação de modelo relacionado ao processo de dimensionamento da força de trabalho, o qual será disponibilizado gratuitamente pelo órgão central do Sipec.

### **4) O meu órgão/entidade é obrigado a aderir à metodologia do DFT disponibilizada pelo Ministério da Economia?**

No momento, os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil (Sipec) não são obrigados a adotar o modelo disponibilizado pelo órgão central. No entanto, a adesão é fundamental para o desenvolvimento de políticas mais efetivas de gestão de pessoas e para que as informações da força de trabalho estejam uniformizadas. Há alguns normativos que estimulam a promoção e a adoção do modelo referencial como, por exemplo, os de movimentação de pessoal e de contratações temporárias.

Além disso, a adesão é importante e desejada, pois colabora para o aperfeiçoamento da metodologia proposta. É relevante ressaltar que o modelo e a ferramenta tecnológica (Sisdip) oferecidos são gratuitos e que a Portaria Nº 7.888/2022 veda despesas com a contratação de critérios, sistemas, modelos e demais procedimentos relativos ao DFT.

### **5) Como solicitar a capacitação do DFT?**

Para solicitar a capacitação do DFT ministrada pelo Ministério da Economia, é necessário que a autoridade de gestão de pessoas ou superior envie e-mail para [sgp.dft@economia.gov.br](mailto:sgp.dft@economia.gov.br) com as seguintes informações:

- justificativa para a adesão ao modelo referencial de DFT;
- informação sobre a existência ou não de recomendação de órgão de controle ou decisão judicial para a realização de DFT; e
- Nome(s) e contato(s) do(s) ponto(s) focal(is), além da informação de disponibilidade para início da capacitação (o treinamento dura 10 semanas, aproximadamente).

Os pedidos serão atendidos conforme a ordem de chegada ao órgão central, considerando a disponibilidade de início informada na solicitação.

### **6) Após a capacitação, o que devo fazer?**

Posteriormente à capacitação, deverá ser firmado termo de compromisso formalizando a concessão de acesso ao Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip). Esse pedido deverá ser feito pelo Secretário-Executivo ou autoridade equivalente do órgão/entidade, nos termos do Art. 4º, da Portaria 7.888/2022.

### **7) Por que o pedido de transferência do DFT deve ter assinatura do secretário executivo ou autoridade equivalente do meu órgão/entidade, vedada a subdelegação?**

Essa exigência se faz necessária, pois o envolvimento da alta gestão do órgão ou entidade é fundamental para facilitar a transferência, institucionalização e replicação do modelo referencial de dimensionamento da força de trabalho.

### **8) Como funciona a capacitação do DFT ministrada pelo Ministério da Economia?**

Após envio de e-mail para [sgp.dft@economia.gov.br](mailto:sgp.dft@economia.gov.br) contendo as informações solicitadas pelo órgão central do Sipe, a Coordenação-Geral de Planejamento da Força de Trabalho (CGFOR/DEPRO/SGP/SEDGG/ME) entrará em contato com o(s) ponto(s)

focal(is) do órgão/entidade, a fim de marcar reunião inaugural. Nesse encontro, serão detalhados a metodologia referencial de DFT, o termo de compromisso a ser firmado e o cronograma de trabalho. Nessa mesma reunião será definida data e hora para o início das oficinas, que serão realizadas semanalmente, uma vez por semana, com duração de duas horas, aproximadamente. A capacitação leva, no total, 10 semanas. Essas oficinas têm o objetivo de capacitar os pontos focais que atuarão como os responsáveis pelo DFT em seus órgãos ou entidades. No treinamento, será dimensionada, preferencialmente, a unidade de capacitação/desenvolvimento de Gestão de Pessoas. Após a capacitação, a equipe treinada atuará como multiplicadora do processo de DFT em toda a instituição. A intenção é que os pontos focais repassem os conhecimentos adquiridos para as demais unidades, em um primeiro momento. Em seguida, essas áreas terão independência para executarem seus dimensionamentos de forma autônoma, sempre contando com o apoio dos pontos focais e do órgão central do Sipec.

#### **9) Haverá outra forma de capacitação do DFT?**

Sim. O Ministério da Economia (ME) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) estão desenvolvendo capacitação que inclui curso autoinstrucional, aberto ao público, e outro remoto, destinado a servidores públicos. Além desses cursos, o órgão central do Sipec continuará conduzindo oficinas e outras ações de desenvolvimento, de acordo com a necessidade.

#### **10) Haverá custos para a capacitação ou adoção do modelo referencial de DFT e do Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip)?**

Os cursos, a capacitação ofertada pelo órgão central do Sipec, o modelo referencial de DFT e o Sisdip são totalmente gratuitos.

#### **11) A portaria nº 7.888/2022 trata da transferência, institucionalização e replicação do modelo referencial de DFT. Qual o significado de cada termo?**

A transferência pode ser compreendida como a capacitação por parte do órgão central do Sipec ou escola de governo para a instituição solicitante, bem como a concessão de acesso ao Sisdip.

A institucionalização é a disseminação da prática contínua do dimensionamento, após transferência do modelo referencial, no âmbito da organização. A criação de portaria interna para incentivar o uso do DFT; a elaboração de manual sobre o uso do

dimensionamento; a criação de unidade responsável pela orientação; e auxílio acerca da temática são exemplos que consolidam a prática da institucionalização do dimensionamento.

A replicação, por sua vez, é a execução interna do DFT no órgão ou entidade, após a transferência. Sugere-se a revisão dos dimensionamentos realizados quando houver alteração de estruturas organizacionais; ampliação, redução e/ou revisão das competências regimentais; e modernização e/ou automação de processos de trabalho que impactem nas entregas e no quantitativo da força de trabalho.

## **12) Qual o papel do perfil de gestor de órgão e a importância da sua participação na capacitação do processo de DFT?**

O gestor de órgão é o servidor público que responsável por gerenciar toda o órgão/entidade no Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip). Esse profissional terá perfil para editar e excluir unidades organizacionais, solicitar validação de novas entregas junto ao órgão central do Sipec, revisar e validar dimensionamentos, depois de devidamente preenchidos, além de realizar todas as ações do perfil de gestor de unidade (perfil responsável por gerenciar determinada unidade da qual seja titular ou substituto). É essencial que o gestor de órgão participe de todo o processo de capacitação do DFT, pois será o encarregado de promover a disseminação da metodologia no órgão/entidade, além de ser a ponte de comunicação entre a sua instituição e o Ministério da Economia.

## **13) O que é necessário para fazer uso do Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip)?**

O Sisdip é uma ferramenta tecnológica, disponibilizada pelo órgão central do Sipec, desenvolvida para apoiar a gestão, registrar dados, armazenar informações e executar os cálculos dos dimensionamentos, por meio de entregas, bem como agregar indicadores qualitativos e quantitativos acerca da força de trabalho nos órgãos ou entidades. No entanto, para utilizar o sistema é preciso estar capacitado, cadastrado e habilitado. O primeiro acesso é concedido pelo Ministério da Economia aos gestores de órgão (servidores que serão responsáveis por montar e tipificar a instituição no sistema). Após essa primeira concessão, os gestores de órgão serão os responsáveis por conceder os demais acessos, de acordo com o perfil de cada servidor. Lembrando que, nos casos em que a capacitação ocorrer em parceria com as escolas de governo, a solicitação ao Sisdip deverá observar os critérios estabelecidos no Art 4º. da Portaria 7.888/2022.

**14) É necessário internalizar o Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip)?**

Não há necessidade. O Sisdip tem suporte do Ministério da Economia, é web, intuitivo e de fácil navegabilidade. A ferramenta tecnológica é integrada com o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape), o que possibilita a migração de dados cadastrais, funcionais, licenças e afastamentos de servidores públicos. O sistema é integrado também com o Sistema de Gestão de Acesso (Sigac), o que proporciona segurança no acesso.

***Dúvidas ou sugestões referentes a este FAQ poderão ser enviadas para o e-mail: [sgp.dft@economia.gov.br](mailto:sgp.dft@economia.gov.br) ou pelo telefone (61) 2020-1043.***

***As dúvidas e sugestões encaminhadas por e-mail serão acolhidas, como forma de subsidiar este FAQ, bem como demais orientações a serem expedidas por esta Secretaria, como instrumento de melhoria dos canais de comunicação desta SGP.***